

Adiar Constituinte é irracional, diz Brizola



Brizola: não é possível construir a democracia com ferramentas da ditadura

Da Sucursal de Brasília



"O adiamento da convocação da Assembleia Nacional Constituinte para 1986 é um sinal de irracionalidade das forças majoritárias que estão assumindo o novo governo", disse ontem o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, no encerramento do 1º Ciclo de Debates Sobre a Constituinte, promovido pela OAB/DF. "A Nação tem urgência em construir suas instituições. Três anos é um período muito longo e perigoso", afirmou o governador.

Brizola declarou que nos seus 40 anos de vida pública nunca viveu momentos tão fascinantes e plenos de anseios e esperança como o que a Nação vive agora. "A construção de alternativas e caminhos que nos leve para longe dos tempos da ditadura militar depende de nós, da nossa lucidez, das lições aprendidas durante todos estes anos. O povo está em estado de graça. Confiante e confiante. E o novo governo não pode decepcioná-lo".

Para o governador do Rio de Janeiro a convocação de uma Constituinte já é uma necessidade imperativa. "Adiar este momento é negar à Nação a superação da crise econômica, a consolidação da liberdade democrática, a abertura das oportunidades para todos. A nossa Consti-

tuição está em pedaços — diz Brizola. Sob este aspecto, estamos pior do que em 1930 quando todos concordaram que a convocação de uma ANC era indispensável".

A Nação, prosseguiu o governador, precisa de novas ferramentas, pois não pode construir a democracia desejada por todos com aquelas deixadas pela ditadura, com suas máquinas e operadores. "Como construir com os mesmos instrumentos de 21 anos de opressão?", indagou Brizola.

"Considero que estamos vivendo no Brasil a plenitude da Primavera e o momento portanto, é esse. Os governantes têm obrigação de se sensibilizarem para isto. A Nação não pode esperar, afirmou o governador. Não adianta rever alguma coisa aqui e ali através de emendas à Constituição. Há um vínculo de maior significação entre eleições diretas e Constituinte, vínculo este que torna essencial a simultaneidade das eleições para a ANC e para a presidência da República."

"Falta substância moral e ética nesta visão que está sendo defendida de que o mandato do doutor Tancredo ultrapasse a Constituinte. Mesmo porque estaríamos incorrendo em erros do passado, ainda mais que é a Constituinte que vai decidir sobre esse mandato."

Assim fazendo corremos o perigo de fazermos uma Constituinte com as funções do poder e em consequência construindo, novamente, instituições casuísticas", concluiu Brizola.

Para Conclat, é preciso tempo para convocar trabalhadores

Da Sucursal de Brasília

Cerca de 450 entidades sindicais filiadas à Conclat, Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, estão reunidas em Brasília para analisar a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e o plano econômico do governo Tancredo Neves. Na sessão plenária de ontem, foi analisada a Assembleia Constituinte, sendo que os líderes sindicais fecharam questão na tese de que ela só deve ser convocada no ano que vem, para que haja tempo de conscientizar os trabalhadores sobre o assunto.

"Hoje os trabalhadores estão mobilizados pela Constituinte pela simples razão de que eles não sabem o que isto representa. Hoje os trabalhadores estão preocupados com o nível salarial, com o preço dos alimentos e com as prestações do BNH. Nós precisamos de tempo para levar este assunto até as fábricas, para que eles

tomem ciência da importância de uma Constituinte" — afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão.

Além disto, os membros da Conclat não querem que o Congresso Nacional a ser eleito em 86 tenha poderes constituintes. A duplicidade das funções não agrada os sindicalistas, que aceitam, no entanto, a candidatura dos políticos aos dois cargos, ao mesmo tempo.

Os sindicalistas se posicionaram contra a possibilidade de candidaturas avulsas, pois acreditam que isto pode favorecer os políticos com apoio dos setores empresariais. Para Joaquinzão, todos devem estar filiados aos partidos, mas defende a tese de que a burocracia de filiações e de formações de novos partidos tem que ser simplificada para que todos tenham oportunidades iguais.

Itamar afirma que há condições plenas para nova Carta este ano

Das Sucursais e Reportagem Local

A eleição da Assembleia Nacional Constituinte ainda este ano e com o mandato de seus integrantes fixados em dez meses é a proposta que vem sendo defendida pelo senador Itamar Franco, 53, PMDB-MG. Segundo o parlamentar mineiro, além da imediata remoção do entulho autoritário ainda existente na legislação brasileira, é preciso apressar o reordenamento jurídico do país.

Itamar Franco está convencido da existência de condições para se convocar e eleger a Assembleia Nacional Constituinte ainda este ano, de forma que o pleito do próximo ano seja regido pelas novas normas. Para ele, o deputado ou senador que desejar ser constituinte poderá se candidatar sendo-lhe vetada, entretanto, a acumulação de funções.

O senador mineiro crê que a imediata convocação da Constituinte

será até mesmo um fator a mais para contrabalançar a influência do poder econômico neste pleito o que, ele teme, será cada vez mais enfático à medida que se gastar mais tempo para essa convocação.

Câmaras

A realização de eleições para as prefeituras das capitais ainda este ano, a recuperação das prerrogativas do Município, com destaques para sua autonomia financeira e o exercício pleno do seu papel de poder legislativo, e o estabelecimento de uma agenda de defesa municipalista a ser cumprida durante a realização da futura Assembleia Nacional Constituinte, são os principais temas a serem debatidos durante o Encontro de Presidentes de Câmaras das Capitais, a se realizar na Câmara Municipal de São Paulo, na próxima segunda-feira.

OAB quer remover resquícios da legislação autoritária

Da Sucursal do Rio

Uma mudança radical na legislação eleitoral e partidária vigente no país desde a reforma de 1978, que extinguiu o bipartidarismo, e que incluiu a legalização dos partidos clandestinos, revoga a Lei Falcão, diminui ao mínimo a exigência para o funcionamento dos partidos e a ingerência da Justiça Eleitoral sobre eles, permite alianças eleitorais e extingue a sublegenda, está sendo proposta em dois projetos, que serão examinados na próxima semana por uma comissão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A entidade dos advogados constituiu uma comissão destinada a examinar propostas de modificações legislativas e constitucionais que devem preceder a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, removendo os resquícios de legislação autoritária. A comissão foi designada a pedido do Movimento Nacional Pró-Constituinte e está na fase de receber sugestões para debates. Os dois projetos de reforma eleitoral a ela encaminhados foram elaborados pelo ex-deputado Marcelo Cerqueira e pelos juristas Arnaldo Malheiros e Aurélio Vander Bastos.

Lei Orgânica

A proposta estabelece que "é livre a fundação de partido políticos cujo programa respeite o regime representativo e democrático, a pluralidade de partidos e os direitos fundamentais do homem". Simplifica ao máximo a formação de novas legendas, estabelecendo apenas a obrigatoriedade de composição de uma Comissão Diretora Nacional, a publicação do manifesto, estatuto e programa e a apresentação de um requerimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicitando o registro.

Acaba com as figuras do "registro provisório" e do "registro definitivo"

existente na atual legislação, ao eliminar também a exigência de número mínimo de filiados e diretórios regionais e municipais, que atualmente impede a constituição de pequenos partidos. Extingue a exigência de que a legenda obtenha cinco por cento dos votos do país e três por cento dos votos de nove Estados para continuar funcionando, independente de já ter obtido o seu registro definitivo. Esta última exigência tem que ser derrubada também na Constituição.

As alianças são permitidas, pelo projeto-de-lei, mas vedadas as candidaturas avulsas, isto é, candidatos que não sejam registrados por partidos ou alianças de partidos. No projeto-de-lei complementar, a proposta simplesmente revoga os artigos que tornam inelegíveis adeptos de partidos políticos cassado pela justiça e dos que "tenha contribuído para tentar reorganizar" legendas cujas atividades tenham sido suspensas.

Legislação eleitoral

Na legislação eleitoral, a proposta encaminhada a OAB extingue a Lei Falcão (que apenas permite a divulgação, por rádio e televisão, dos retratos e currículos dos candidatos). A propaganda gratuita continua obrigatória, mas a proposta traz uma inovação, neste particular, é permitida a transmissão gratuita, fora dos horários estabelecidos por lei, de debates entre candidatos de partidos diferentes. A censura prévia à propaganda eleitoral torna-se proibida.

O projeto elimina também a sublegenda para o Senado e para as Prefeituras Municipais, quanto a modo de organização partidária, a proposta limita ao mínimo a ingerência da Justiça Eleitoral nos partidos políticos, que passam a definir nos seus próprios estatutos a forma de ação deliberatória dos organismos partidários, antes definidos na lei.

Governador do Rio adverte que Tancredo repete Vargas

Da Sucursal de Brasília

O governador Leonel Brizola advertiu ontem que o presidente eleito Tancredo Neves está repetindo os erros de Getúlio Vargas, "que desembocaram na ditadura do Estado Novo, que nada mais foi do que uma intervenção militar". Ao realizar uma Assembleia Nacional Constituinte durante o seu governo, Tancredo Neves reedita a Constituinte de 34 que, no entender do governador do Rio, gerou "um Carta cheia de casuísticas, a qual faltou moral e ética, porque foirealizada sob a tutela do poder e tratou de consolidar o governo carente de legitimidade".

Em sua conferência na Ordem dos Advogados do Brasil, no seminário sobre a Assembleia Nacional Constituinte, Brizola estabeleceu um paralelo entre os dois governos demonstrando que tanto em 1930, quanto em 1984, o presidente da República ascendeu ao poder "por vias inconvenções". Assim como Vargas,

Tancredo erra hoje, na opinião do governador, ao permanecer "mais do que o necessário para fortalecer ou criar as instituições".

Eleições presidenciais

Ressaltando que falava "insuspeitamente", Brizola defendeu o imediato restabelecimento das eleições presidenciais, se comprometendo a fazer uma coligação com os demais partidos — condicionada entretanto, a um programa conjunto — em torno do nome do próprio Tancredo Neves, a fim de que, após o referendunum popular ele realizasse a Constituinte. E indagou a razão pela qual a outorga do destino do País ao povo estaria sendo protelada. "afinal não acredito que exista hoje clima para um veto militar".

Brizola aproveitou também para criticar a formação do novo governo, comparando o país com um cantiêiro de obras, no qual Tancredo Neves procura usar as máquinas já existentes.

Deputados estaduais podem ter poderes constituintes em 86

Reportagem Local

Durante conversa informal ontem, com o governador Franco Montoro, 68, o deputado Evandro Mesquita, futuro primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa, propôs o encaminhamento de um projeto que dê poderes constituintes aos deputados estaduais a serem eleitos em 1986, "pois com a Constituinte federal serão promovidas reformas estaduais que necessariamente alterarão o atual texto da Constituição do Estado".

Mesquita entende que os deputados estaduais poderão ser eleitos com poderes constituintes "e depois de promoverem as reformas na Constituição do Estado permanecerem com mandatos ordinários, até a contemplação do período, que é de quatro anos".

"O governador aceitou bem minha

sugestão e acha que deve ser discutida de forma ampla, mas o que mais o entusiasmou foi a proposta de transformar a Assembleia Legislativa de São Paulo, imediatamente, num grande foro de debates sobre a Assembleia Nacional Constituinte, através da promoção de debates públicos, para os quais seriam convidados os representantes de todos os segmentos da sociedade".

Esse objetivo será perseguido, garante Mesquita, pela nova mesa, cuja composição está quase acertada, faltando apenas a indicação do nome para a segunda vice-presidência, uma vez que os deputados ainda não chegaram a um acordo sobre a forma como procederão: se deixarão o cargo à livre disputa entre os próprios peemedebistas, ou se promoverem uma negociação com as bancadas dos demais partidos.